

O ENGAJAMENTO COMUNITÁRIO E A IMPLANTAÇÃO DE  
CONDICIONANTES E PROJETOS SOCIAIS

UMA EXPERIÊNCIA PRÁTICA SOBRE OS ENFRENTAMENTOS NECESSÁRIOS  
PARA A ATUAÇÃO NO SEMIÁRIO DO BRASIL EM CONTEXTOS DE  
LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Lorena Ramos (1), Samuka Bittencourt (2)

1 - Doutoranda em Desenvolvimento Regional. Universidade Salvador (UNIFACS).  
Marrikah Consultoria e Gestão Socioambiental;

2 - Economista. Universidade Católica de Salvador; MBA em Gestão de Projetos.  
Marrikah Consultoria e Gestão Socioambiental.

Rua Leonardo Rodrigues Silva, 257, Edf. Multiplus Empresarial, sala 207, Bairro  
Pitangueiras, Lauro de Freitas – CEP 42.700-000

lramos@marrikah.com.br, sbittencourt@marrikah.com.br.

**Palavras-chave:** *Comunidades Locais, Licença Social, Complexos Eólicos,  
Condicionantes Sociais.*

### **Introdução**

Diversos estudos demonstram que a região concentradora do maior potencial eólico do país é o Nordeste do Brasil. Coincidência ou não, a convergência dos ventos aponta para o semiárido, que se constitui enquanto o Sertão Nordestino, território caracterizado por uma população historicamente marginalizada, pelo déficit na adoção de políticas públicas efetivas, associada à principal questão enfrentada pelas populações: a convivência com o semiárido.

A exclusão social experimentada por estas populações repercute em baixos indicadores de desenvolvimento socioeconômico, decorrentes principalmente pela fragilidade das políticas públicas alocadas para este território. O cenário apresentado promove grandes expectativas, tanto do poder público quanto das populações, diante das possibilidades de investimento social privado e atendimento das exigências postas pelos órgãos

ambientais no que tange ao atendimento das condicionantes de implantação e operação dos complexos e parques eólicos.

Diante do exposto, buscar-se-á, por meio deste artigo, apresentar uma metodologia de atuação, adotada pela Marrikah Consultoria, empresa especializada na gestão social de comunidades localizadas no entorno de complexos eólicos que vem sendo praticada desde 2009 no Nordeste do país com resultados mensuráveis.

Não obstante, o presente artigo tem como meta provocar uma reflexão dos públicos que compõem a engrenagem viabilizadora da implantação dos projetos (poder público, investidores e comunidades), sobre a necessidade e possibilidades de recepção de ações por parte das comunidades, considerando a necessidade da eficácia das condicionantes vinculadas ao meio socioeconômico.

O artigo está dividido em seis sessões, além desta Introdução. Na primeira, apresenta-se o objetivo do artigo, na seguinte caracteriza-se brevemente o universo de atuação considerando a atuação da Marrikah Consultoria em três estados do Nordeste do país. Na terceira seção aborda-se a metodologia aplicada nas práticas adotadas, a seguinte consiste nos resultados obtidos, por fim, apresentam-se as considerações finais e referências bibliográficas.

### **Objetivos**

Apresentar uma metodologia que pode ser aplicada pelos empreendimentos eólicos, para potencializar os efeitos dos investimentos através da concessão da licença social e da inter-relação dos perfis sociodemográficos e culturais das populações com as propostas de aplicação de condicionantes e projetos de investimento social privado.

### **Objeto de estudo**

As comunidades apresentadas no quadro 1, compuseram o objeto do estudo ora apresentado.

A atuação da Marrikah Consultoria se concentrou em 69 comunidades abarcadas pelas áreas de influência de parques e complexos eólicos localizados no Nordeste do Brasil, nos estados do Rio Grande do Norte, Bahia e Piauí.

Quadro 1. Comunidades e estados do objeto de estudo

MUNICÍPIO/ESTADO	COMUNIDADES	TOTAL
JOÃO CÂMARA - RN	Baixa do Novilho; Comunidade São Geraldo; Modelo I; Modelo II; Queimadas; Oiticica; Maria da Paz e Açussena.	8
PARAZINHO - RN	Comunidade Amazonas; Assentamento Bom Trabalho; Assentamento São Francisco; Assentamento Amazonas; Assentamento Pereiros; Distrito Pereiros; São Luiz; 3 Irmãos; Carlos Turco; Assentamento Luiza; Limoeiro; Limão; Alivio; Lagoa Vera Cruz.	14
CAMPO FORMOSO - BA	Fazenda Nova; Lagoa da Roça; Lixão de Mandacaru; Mandacaru; Morrinhos; Olaria; Sacaibá; Toca da Novilha.	8
CAMPO FORMOSO - BA	Água dos Pássaros; Baixa do Umbuzeiro; Baixão; Barreiros; Belas; Brejo Grande; Campinhos; Fazenda Alagoinhas; Ilhote; Lagoa do Mato; Malhadas; Lajedo Raso; Papagaio; Queimada da Laje; Santo Antônio; Tanque Novo; Tiquara; Torrões; Varzinha.	19
GENTIO DO OURO - BA	Jacu; Massacará; Malhadinha; Pedra vermelha; Buriti; Gameleira; Santo Inácio; Capoeiras.	8
XIQUE – XIQUE - BA	Lagoa de Itaparica; Saco dos Bois.	2
LAGOA DO BARRO - PI	Cacimba do Mato; Conceição; Malhadinha; Manguinha; Mimoso; Mocambo; Olho D'água; Poço da Umburana; Serra da Manguinha; Sítio Brejinho.	10

## Metodologia Aplicada

Como instrumento metodológico, foram aplicados questionários estruturados direcionados para os chefes de família das populações da AID dos empreendimentos. Os questionários tiveram como base um conjunto de aspectos, apresentados no Quadro 2. As questões chave, que compuseram os questionários supramencionados, levaram em conta os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, e ainda um conjunto de quesitos pertinentes aos capitais: social, econômico, humano e natural das populações.

Os dados coletados foram tabulados, cruzados e organizados sob a forma de tabelas, para subsidiar a análise e, conseqüentemente, a escrita dos respectivos relatórios.

A fundamentação deste método de estudo de campo se deu a partir das bases teóricas tratadas por autores que desvendam as controvérsias e os mitos do desenvolvimento regional, são eles: economistas, sociólogos, geógrafos e cientistas regionais, e das experiências semelhantes acumuladas pela equipe técnica integrante do presente estudo.

Optou-se por basear teoricamente as técnicas do presente estudo em fundamentações trazidas por autores que analisam os desequilíbrios regionais, sob a ótica da concentração do poder e das disparidades de renda, cita-se também, como parte da revisão bibliográfica, estudiosos que consideram as possibilidades do desenvolvimento endógeno sob o contexto da sustentabilidade.

Quadro 2: Conjunto de aspectos do questionário socioeconômico

GRUPO	CONJUNTO DE ASPECTOS ENGLOBALADOS
Perfil Sociodemográficos	Faixa etária, sexo, estado civil, procedência, tempo de residência, quantidade de filhos e idade, lazer, sonhos, avaliação de sua vida, perspectivas para a comunidade.
Perfil Econômico	Renda mensal domiciliar, participação do respondente na renda, moradores por domicílio, tipo de construção da residência, propriedade da residência, posse de bens de consumo.
Perfil Educacional-Profissional	Ocupação atual do respondente e dos familiares, ocupação desejada, horas de trabalho semanais, grau de escolaridade, tempo de estudo, local de estudo.

Questões ambientais e Infraestruturais	Esgotamento sanitário, abastecimento de água, lavagem de roupas, problemas de saúde, lazer infantil e avaliação dos serviços públicos.
Questões Específicas	Perspectivas e percepções quanto ao projeto.

Com base nos resultados do diagnóstico, realizado na etapa metodológica 1, optou-se por seguir os princípios do Desenvolvimento Comunitário, baseados na potencialização de recursos locais e no fomento às práticas de empoderamento comunitário, a partir do reconhecimento dos moradores como sujeitos de seu próprio processo de desenvolvimento, ou como define o BNDES/PNUD:

*...é o processo através do qual a comunidade amadurece em relação a si mesma e a seus potenciais, rompe seus casulos e se transforma em novas possibilidades de ser. A comunidade pré-existe ao técnico ou ao programa. Para o bem e para o mal, sua história, sua trajetória, seus significados, nos precedem, configurando cada uma delas como ser único. [2]*

Como todo processo de Desenvolvimento Comunitário, a mudança esperada ou construída não atende ao tempo dos projetos, ou, nesse caso específico, à urgência do alcance de resultados para compor programas socioambientais vinculados às condicionantes ou a projetos de investimento social privado. A experiência vivenciada na atuação junto às comunidades mencionadas no quadro 1 teve, portanto, dois diferenciais: a apropriação por parte da equipe executora de dados socioeconômicos de fonte primária e a deflagração de um processo participativo motivada pelo contato estabelecido para aplicação dos questionários estruturados.

O modelo metodológico aplicado conta com as fases de campo descritas a seguir:

- a) Mapeamento de *Stakeholders* – os estudos socioambientais, físicos e bióticos proporcionaram a base para a delimitação do raio de influência do empreendimento. A partir dos dados gerados pelos estudos mencionados foram identificadas pessoas, organizações, entidades e demais atores possivelmente afetados pelos parques e/ou complexos, buscando fomentar um processo de interação entre estes participantes e a empresa responsável.

- b) Mobilização para a Elaboração do Diagnóstico Socioeconômico - foram realizadas reuniões nas comunidades da AID através das Associações de Produtores Rurais ou Associações Comunitárias, como forma de construir o instrumento de coleta para ser aplicado de forma censitária nas comunidades da AID. A aplicação do instrumento de coleta ocorreu após teste de amostra.
- c) Estruturação dos Comitês de Interlocação do Empreendimento – esses comitês objetivam promover a participação local de forma legítima e ainda comunicar as iniciativas do empreendimento para às populações das comunidades. Isso se deu através da participação de membros das comissões, eleitos pelos seus pares, em reunião pública marcada antecipadamente, especificamente para este fim;
- d) Elaboração dos Projetos Socioambientais e pactuação destes com as comunidades e organismos municipais.
- e) Implementação dos planos e programas.

## **Resultados**

Analisadas em seu conjunto, as comunidades das Áreas de Influência Direta (AID) dos Complexos Eólicos localizados no Nordeste do país, vivenciam realidades semelhantes, caracterizadas mais pela permanência do que pela mudança. Essa permanência se expressa no tempo de residência das famílias, nas ocupações predominantes, nas formas de execução das atividades produtivas, predominantemente rural, nas memórias e nas expectativas das pessoas do lugar.

A composição atual dessas comunidades se deveu a processos migratórios prioritariamente intra-regionais, com uma indicação de estabilidade dos grupos residentes antigos, mas que, no entanto, tem apresentado uma forte tendência de renovação ao longo de tempos recentes, principalmente pelos fluxos migratórios determinados pela motivação dos jovens para trabalhar no corte da cana e colheita do café, no sudeste do país.

Há uma grande dependência, por parte dos moradores locais, das comunidades pesquisadas, dos programas de transferência de renda do Governo, notadamente o Bolsa Família, e as ocupações de trabalho mais comuns não são formalizadas, deixando esses trabalhadores à margem dos benefícios do sistema previdenciário. Outra característica

marcante, quanto à ocupação dessa população, é a prevalência de atividades realizadas nos próprios domicílios, voltadas para o auto sustento, denominadas tradicionais, a exemplo do cultivo do sisal, mamona, milho, feijão e pequenas criações de animais.

A despeito de todas essas limitações, trata-se de uma população que se considera feliz com o pouco que tem e otimista quanto ao seu futuro, o que demonstra a necessidade de que essa realidade experimentada e conhecida não seja subitamente alterada pelos ciclos futuros de desenvolvimento que venham a se processar na região.

Apesar das macro características sociodemográficas apontarem para perfis muito semelhantes entre as comunidades pesquisadas, mesmo estas estando em estados diferentes de organização social, há aspectos específicos relacionados ao que denominados natureza da organização social da comunidade, que faz uma grande diferença nos processos de engajamento dos moradores, face às demandas de relacionamento comunitário dos empreendimentos.

Consideradas as experiências materializadas por meio do método apresentado, sublinha-se a seguir a classificação que decorre da natureza da organização da comunidade, e esta natureza é determinante para deflagrar os pontos iniciais da aplicação de condicionantes e implantação de projetos sociais.

Quadro 3: Caracterização dos grupos populacionais

NATUREZA DA AGLOMERAÇÃO DO GRUPO POPULACIONAL							
Grupo familiar associado	Grupo familiar não associado	Grupo de produtores rurais associados	Grupo de produtores rurais não associados	Assentamento Rural por meio do banco da terra	Assentamento Rural por meio do INCRA	Comunidades quilombolas reconhecidas ou em fase de reconhecimento	Associações de fundo e fecho de pasto

Observou-se que os graus de engajamento são mais elevados quando há, por parte das comunidades, objetivos comuns organizados e regulados por instrumentos coletivos, ou seja, através do associativismo.

Quando não foi visualizado o associativismo de forma endógena, as estratégias de relacionamento comunitário e possibilidades de engajamento das populações ficaram

mais difíceis, por parte do empreendimento, o que demanda da gestão social dos empreendimentos um olhar mais profundo e direcionado para estimular interesses comuns, que, por sua vez, favoreçam resultados positivos de aplicação das condicionantes e dos projetos sociais a serem implantados.

Além do resultado alcançado por meio dos levantamentos dos perfis sociodemográficos e caracterização do engajamento, por meio da identificação da natureza da aglomeração do grupo populacional, aplicaram-se algumas tecnologias sociais que levou a equipe (empreendedor e consultoria) aos resultados listados abaixo:

- comunidades mobilizadas e conhecendo os canais de comunicação com a empresa;
- transparência na condução das ações;
- coparticipação comunitária para aplicação de projetos e articulação para novos projetos;
- relações de confiança reestabelecidas;
- engajamento das comunidades em propostas vindas do empreendedor, considerando as particularidades locais, por conta da minimização do conflito e da conquista da confiança.

### **Considerações finais**

Os elementos trazidos pelo presente artigo podem fomentar a eleição de inúmeras variáveis que devem ser consideradas nas decisões que margeiam as estratégias de implantação dos empreendimentos eólicos, em seus respectivos processos de licenciamento ambiental.

A expectativa da dinamização socioeconômica das populações residentes no semiárido nordestino, não deve ser depositada unicamente na chegada dos complexos eólicos. Uma vez que, a situação de estagnação vivenciada por estas populações decorre das questões estruturais do país. Cabendo assim, a conciliação de visões entre os organismos gestores dos processos de licenciamento ambiental, os empreendedores e as populações envolvidas, considerando como condição primária à identificação da organização social e o grau de engajamento a projetos endógenos e exógenos que estas populações podem comportar, para assim encontrar a melhor forma de aplicar as



condicionantes e implantar os projetos sociais vinculados ao financiamento socioambiental.

## Referencias

[1] AMARANTE, Odilon A. Camargo do; ZACK, Michael Brower e John; SÁ, Antônio Leite de. Atlas do Potencial Eólico Brasileiro. CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA/CEPEL. Brasília, 2001.

[2] BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Desenvolvimento Comunitário. Projeto BNDES-Desenvolvimento Local – Cooperação Técnica do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Recife: s.d. Disponível em: <http://empreende.org.br/pdf/Programas%20e%20Pol%C3%ADticas%20Sociais/Desenvolvimento%20Comunitario.pdf>. Acesso em: 20 jun 2016.

[3] RAMOS, Lorena; BITTENCOURT, Samuka. Diagnóstico socioeconômico das comunidades da área de influência do Complexo Eólico Morrinhos. Marrikah Consultoria 2012.

[4] KRONEMBERGER, Denise. Desenvolvimento local sustentável: uma abordagem prática. São Paulo: SENAC, 2011.

[5] NEUMANN, Rogério; NEUMANN, Lícia. Repensando o Investimento Social: A importância do Protagonismo Comunitário. São Paulo: Global; IDIS – Instituto para o Desenvolvimento Social. 2004.

[6] SIMAS, M e PACCA, S. Energia Eólica Geração de Empregos e Desenvolvimento Sustentável. USP, Estudos Avançados, 2013.

[7] RAMOS, Lorena; LEAL, Janaina. Licenciamento Ambiental de Parques Eólicos uma Oportunidade Para o Empoderamento Local. IV Workshop Interdisciplinario de Investigación e Indicadores de Sustentabilidad. Universidade de Concepción de Chile, Universidade de São Paulo (USP). Concepción de Chile. 2015.